

35	93281	MARIA CARMELITA PINTO CAMURÇA	ANALISTA JUDICIARIO ADJUNTO ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL	
VALE DO ACARAÚ-UV 32500-68.2009.8.06.0000						
36	26205	PASCOAL GALDINO MACEDO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ-UV 134212-98.2009.8.06.0001						
37	7727	RAFAEL GARCIA BARBOSA	ANALISTA JUDICIARIO	ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ-UV 31084-65.2009.8.06.0000						
38	737	ROSA CÉSAR DOS SANTOS MAGALHÃES	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ-UV 32625-36.2009.8.06.0000						
94068	SERGIO AUGUSTO DE OLIVEIRA BANHOS	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL		
VALE DO ACARAÚ-UV 32582-02.2009.8.06.0000						
39	344	SERGIO RICARDO DA ROCHA NONATO	ANALISTA JUDICIARIO ADJUNTO ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL	
VALE DO ACARAÚ-UV 31231-31.2009.8.06.0000						
40	107	TEREZA MÔNICA SARQUIS BEZERRA DE MENEZES GROSSI	ANALISTA JUDICIARIO ADJUNTO ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL	375	UNIVERSIDADE ESTADUAL	
VALE DO ACARAÚ-ESMEC 136101-87.2009.8.06.0001						
41	2924	VALÉRIA NOBRE FERNANDES	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL	360	FACULDADES INTEGRADAS	
DEPATOS 31345-30.2009.8.06.0000						
42	2015	VLADJA DE ALMEIDA PEREIRA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ-UV 32521-44.2009.8.06.0000						
43	5870	WILLIAM VASCONCELOS GADELHA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	368	UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ-UV 32502-38.2009.8.06.0000						

ANEXO II A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 15 /2010
(Adicional de Qualificação de 80% sobre o vencimento-base)

Nº DE ORD.	MAT.	SERVIDOR	CARGO	CURSO	CARGA HOR. (H/A)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PROCESSO
1	7769	ESTHER ROCHA COSTA	ANALISTA JUDICIÁRIO	MESTRADO EM ECONOMIA		UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-	32526-66.2009.8.06.0000
2	5551	GEORGIA PATRICIA GUIMARÃES DOS SANTOS	ANALISTA JUDICIÁRIO	MESTRADO EM EDUCAÇÃO		UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	124908-75.2009.8.06.0000

PORTARIA Nº 19/2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE revogar a Portaria nº 275/2009, que designou a DRA. SUYANE MACEDO DE LUCENA, Juíza de Direito da Comarca de Umirim, para auxiliar a 2ª Vara de Caucaia.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 de janeiro de 2010.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 20/2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE revogar a Portaria nº 246/2009, que designou o DR. CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA HOLANDA JÚNIOR, Juiz Substituto da Comarca de Caridade, para auxiliar a 2ª Vara de Caucaia.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 8 de janeiro de 2010.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 22/2010 – O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 29259-86.2009.8.06.0000, **RESOLVE** conceder para **TALLES MARQUES HONORATO**, Analista Judiciário, Matrícula nº 200780.1/3, a Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), não lhe sendo permitida a percepção cumulativa de idêntica gratificação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de janeiro de 2010.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 23/2010 – O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 29257-19.2009.8.06.0000, **RESOLVE** conceder para **JAQUELINE MARIA LOPES DA COSTA E SILVA**, Técnico Judiciário, Matrícula nº 4207.1/

9, a Gratificação pela Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, prevista no art. 132, inciso IV, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), não lhe sendo permitida a percepção cumulativa de idêntica gratificação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 11 de janeiro de 2010.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO
PRESIDENTE

3.2 - DESPACHOS DO PRESIDENTE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE DESPACHO
Número do Despacho: 1280 - Ano: 2009

- 22045-44.2009.8.06.0000/1 - AGRAVO REGIMENTAL
- Agravante: MARIA DA GLORIA CARNEIRO MENEZES
- Rep. Jurídico: 14779 - CE FABIO ROBSON TIMBO SILVEIRA
- Rep. Jurídico: 14570 - CE RACHEL MAIA ROLA TIMBO SILVEIRA
- Agravante: MUNICIPIO DE FORTALEZA
- PROCURADOR - MARIA CELIA B. RODRIGUES
- ESTAGIÁRIO - JARINA OLINDA C. NETA
- Relator(a): Des. Presidente do TJ-Ce

Despacho: PARTE FINAL:

Considerando que “o princípio do contraditório e da ampla defesa é manifestação imediata do princípio da bilateralidade de audiência e mediata do devido processo legal e do Estado Democrático de Direito” (Marcelo Abelha Rodrigues, in Suspensão de Segurança: sustação de eficácia de decisão judicial proferida pelo poder público, 2ª ed, São Paulo: RT, 2006, p. 217), determino a intimação do agravado, Município de Fortaleza, por seus procuradores, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do incidente regimental.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 9 de dezembro de 2009.

Desembargador ERNANI BARREIRA PORTO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

- 8326-92.2009.8.06.0000/1 - AGRAVO REGIMENTAL
- Agravante: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA
- Agravado: MUNICIPIO DE PARAMBU
- Rep. Jurídico: 15877 - CE TIBERIO DE MELO CAVALCANTE
- Rep. Jurídico: 9665 - CE VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO
- Relator(a): Des. Presidente do TJ-Ce

Despacho: PARTE FINAL:

Considerando que “o princípio do contraditório e da ampla defesa é manifestação imediata do princípio da bilateralidade de audiência e mediata do devido processo legal e do Estado Democrático de Direito” (Marcelo Abelha Rodrigues, in Suspensão de Segurança: sustação de